

8, 11-12
abril
'22

Workshop
Seminário

(in) JUSTIÇA
ESPACIAL

in.justica.espacial.tecnico.ulisboa.pt



SEMINÁRIO

(in)JUSTIÇA ESPACIAL

Por vezes, acontece. Para conseguirmos explicar algo, torna-se mais eficaz recorrer ao negativo da nossa ideia inicial, como se esse avesso conceptual nos estimulasse e acrescentasse mais. Talvez isso se aplique à justiça espacial, ou melhor, à injustiça territorial, o conceito que norteia este Seminário. Quando nos centramos na justiça espacial, mesmo quando sublinhamos os problemas e entraves que ela encerra, não parece ser tão incisivo ou tão incómodo. É a sua ausência, insuficiência ou deturpação que nos obriga a investigar, a avaliar e a questionar o que fazer e como fazer, com vista a contribuir para a definição e implementação de medidas comprometidas com a sua superação.

Não é por acaso que a Nova Carta de Leipzig (2020), que pretende oferecer um quadro político concertado para enfrentar os desafios de hoje e concretizar os múltiplos acordos europeus e globais estabelecidos, coloca a Cidade Justa como uma das três dimensões do poder transformativo das cidades. Mais

recentemente, quer na Cimeira Social do Porto (2021), quer no Plano de Recuperação e Resiliência (2021) assumido por Portugal, fica bem clara a ênfase na coesão social e territorial nos desígnios da política comunitária europeia.

Este Seminário pretende, assim, apontar para as injustiças espaciais e territoriais onde ganham forma as desigualdades e os atuais processos de segregação, exclusão e discriminação, a partir de diferentes escalas, contextos e campos disciplinares. Sem ser exaustivos, referimo-nos à falta de transportes, equipamentos e serviços públicos, à insuficiência de apoio a idosos, crianças, mulheres e outros grupos vulneráveis, mas também à carência de habitação e de um habitat condigno, sustentável e a custos realmente acessíveis, à ausência de espaços públicos qualificados e inclusivos, à rarefação de eventos e outras iniciativas sociais e culturais, ou seja, às múltiplas dimensões (i)materiais da nossa vida quotidiana, coletiva, familiar ou individual.

Queremos mostrar, sublinhar e refletir em conjunto os problemas e desafios de hoje, contribuindo para a progressiva eliminação do “in” da justiça que perseguimos. Nesta era onde a tecnologia e os seus universos paralelos nos encandeiam, pretendemos voltar a dar expressão ao espaço, ao território e à presença física, tendo em conta que aquilo que se pode designar como fricção geográfica ainda segrega, exclui e diminui qualquer que seja a escala e a lente do nosso olhar.

O Spatial Justice Lab, linha temática de investigação do CiTUA – Centro de Investigação em Território, Urbanismo e Arquitetura, do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa –, propõe neste Seminário juntar a comunidade científica, institucional e associativa em torno deste denominador comum.

WORKSHOP

O *workshop* inscrito no seminário (in)Justiça Espacial pretende trazer uma dimensão operativa/pericial a um evento que terá naturalmente grande parte do seu tempo dedicado à reflexão conceptual e à partilha de experiências e conhecimentos entre participantes.

Com a duração de um dia, procurará avaliar, numa lógica transdisciplinar, uma intervenção urbana promovida e selecionada pela CM Alcochete, onde ocorrerá o seminário.

Cada grupo de trabalho definirá a sua abordagem de análise e avaliação a partir dos tópicos dos painéis do seminário, adotando-se

uma leitura multisetorial e multidimensional relativamente ao objeto de intervenção.

O *workshop* contemplará três momentos distintos:

- Visita ao local, acompanhada por responsáveis locais e pela comissão organizadora do seminário;
- Período de reflexão e trabalho coletivo;
- Troca de impressões, discussão alargada e partilha de resultados.

Os resultados obtidos serão apresentados pelos diferentes grupos, numa sessão plenária específica do seminário.

Dainéis

I . Governança

A preocupação genuína com a justiça espacial implica decisões e ações de correção nos territórios herdados, mas também políticas de antecipação que a tenham bem presente.

É natural que, em contextos de escassez, sejam os recursos a dominar as atenções. Todavia, quando as questões já não se centram tanto no financiamento, mas mais no problema da decisão e implementação - quem, onde, porquê, quando, como - percebe-se que, por razões diversas, há que contar com todas as energias dos atores e agentes presentes em cada território.

Não é só pela mobilização da inteligência coletiva, mas também como um modo de construir capital, resiliência e sustentabilidade social e económica, o envolvimento alargado da sociedade civil, nas suas múltiplas faces,

deve ser estimulado com vista a calcorrear o imenso caminho ainda por fazer para mitigar as assimetrias espaciais.

A criatividade na articulação institucional e organizacional, mas também as dinâmicas da cidadania ativa são hoje tópicos incontornáveis para a compreensão do modo como se está a processar a transição entre os clássicos valores de poder – piramidal, opaco, isolado, ... – e um renovado contexto para o exercício do poder – em rede, partilhado, participado, transparente, ... – que acreditamos que possa vir a valorizar de modo persistente os princípios da justiça espacial.

Apelamos, assim, à submissão de trabalhos que contenham narrativas concretas e diversificadas de como a governança urbana, metropolitana e territorial em geral têm vindo a ganhar espaço e vantagem às formas clássicas de administração do poder.

II. Urbanismo e Espaço Público

O planeamento urbano e territorial, apesar da sua busca pela racional e adequada utilização de recursos na distribuição equitativa de usos e pela concertação dos vários interesses públicos e privados em presença, não deixa, ainda assim, de introduzir desigualdades entre territórios e entre os atores envolvidos. Por outro lado, podem os instrumentos de planeamento e as instituições que os regem responder aos desafios colocados pelas alterações climáticas, pelo défice demográfico e pela incerteza do próprio atual contexto económico e político?

Nos espaços urbanos, e em particular em resultado dos condicionalismos à vivência coletiva impostos pela pandemia do COVID19, ficou patente a importância das condições de habitabilidade da população e da sua possibilidade de acesso a bens e serviços essenciais, bem como a espaços públicos devidamente mantidos e equipados, a curtas distâncias dos lugares de residência. Trouxe

ainda novas tendências nas condições de trabalho, com parte da população em teletrabalho – provavelmente a manter após o desconfinamento – e, conseqüentemente, com várias empresas a reduzirem o seu espaço físico de operação, verificando-se um crescente recurso ao comércio e serviços *online*. Assim, não só na residência, mas também nas atividades económicas e de lazer, muito haverá a retirar e refletir em torno destes recentes acontecimentos. São revisitados antigos conceitos de unidades de vizinhança e de bairros (auto)sustentáveis, a par do surgimento de “novos” como a cidade dos 15 minutos.

Este tópico abrangente acolhe contributos que discutam as interações entre o planeamento urbano e territorial, urbanismo e espaço público e o bem-estar social, em diferentes contextos geográficos. São aceites contribuições sobre formas de conceptualizar e levar à prática o conceito de equidade, justiça e coesão espacial no planeamento urbano e territorial, abordando o tema nas perspetivas social, cultural, política, ambiental, económica, de âmbito teórico ou metodológico, entre outras.

III. Serviço, equipamento e infraestrutura

O território tem de ser capaz de garantir as oportunidades de investimento para permitir a geração local e regional de riqueza e emprego, mas também tem de se preocupar em oferecer todo um quadro de serviços que permitam a reprodução social de todos os diferentes segmentos de uma comunidade em condições adequadas e semelhantes em todas as parcelas do território.

Essas oportunidades económicas e os serviços de interesse geral podem ser normalmente descritos como infraestruturas – de acessibilidades, de energia, de comunicações... - ou como equipamentos. Não é por acaso que ainda hoje os instrumentos de gestão territorial incluem no seu âmbito, propostas de correção, ampliação ou criação de infraestruturas ou ainda a programação das clássicas redes de equipamentos coletivos.

Os custos de eficácia e eficiência arrastaram e mantiveram generalizado o problema das assimetrias espaciais até hoje. O novo caminho que tem vindo a ser seguido é o da crescente distinção entre serviço e a estrutura física que tradicionalmente lhe dava suporte. Por isso, surgem novas modalidades em que o serviço é prestado sem recorrer á estrutura física, como são os casos já enraizados do hospital domiciliário (mantendo o doente em casa, vigiado, e contando com a visita regular de equipas médias, de enfermagem e outras), a

prisão domiciliária (controlando os movimentos do recluso por via de dispositivos eletrónicos) e até agora, com a pandemia, o ensino em casa, via online.

Aguardamos, por isso, neste seminário propostas de reflexão sobre o impacto destas mudanças na correção das assimetrias espaciais ou, dizendo de outro modo, na promoção de igualdade de oportunidades independentemente da parcela do território em que cada um habita.

IV. Mobilidade e transportes

A academia tem vindo a destacar e correlacionar cada vez mais a ligação entre a mobilidade e transportes e a exclusão social. Também as inadiáveis respostas aos efeitos das alterações climáticas e aos desafios levantados pela descarbonização e pelo défice demográfico levam-nos a considerar que as preocupações de equidade ainda estão pouco integradas nas políticas de mobilidade e de transportes. Não obstante a atenção que vem sendo dada aos modos suaves ou ativos de transporte, à multimodalidade, aos sistemas partilhados de transportes ou à micromobilidade em meios urbanos, continuam a ser tomadas decisões quase em “contra-ciclo” ao nível da supressão da oferta e cobertura de transportes públicos em horários de pouca afluência ou em territórios de baixa densidade, mesmo em áreas

metropolitanas fortemente dependentes de deslocações pendulares, impossibilitando ou dificultando a deslocação da população mais vulnerável, para quem o transporte individual não é uma opção. Referimo-nos, quer às pessoas de poucos recursos económicos, quer aos idosos e mais jovens. Há, assim, ainda muito a fazer para mudar os nossos sistemas e redes de transporte de modo a apoiar mobilidades mais inclusivas e socialmente e ambientalmente sustentáveis.

Este tópico acolhe contributos teóricos e empíricos que discutem as interações entre a mobilidade e transportes e as desigualdades sociais em diferentes contextos geográficos. São bem-vindas contribuições inovadoras sobre formas de conceptualizar e levar à prática o conceito de "mobilidade como um direito", abordando o tema nas perspetivas social, cultural, política, ambiental, económica, de âmbito teórico ou metodológico, entre outras.

V. Habitação

O tema da habitação regressa em força nos últimos anos em resultado da crescente dificuldade de acesso a uma habitação condigna e acessível, compatível com os

rendimentos e necessidades de quem enfrenta este problema. Lança-se uma nova geração de políticas, anunciam-se estratégias locais de habitação, desenham-se propostas para ultrapassar as situações de carência

existentes, mas a sua implementação tende a prolongar-se no tempo, contrariando o caráter de urgência que reveste a atual crise habitacional.

Com o holofote na habitação, mas contemplando o contexto territorial e social em que se insere, este painel pretende promover a análise e reflexão em torno das políticas, estratégias, projetos e intervenções comprometidos com o direito à habitação, num momento em que se prevê, nos próximos anos, um investimento público ímpar no setor em Portugal, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência. Num diálogo estreito entre os quadros legais e financeiros vigentes e os projetos e intervenções que deles emanam, propõe-se uma visão

multidisciplinar e multisetorial da problemática habitacional, no sentido de contribuir para a produção de espaços mais justos.

Para além das áreas metropolitanas, pretende-se dar espaço a realidades nem sempre trazidas para discussão, como a das cidades de pequena e média dimensão, bem como a das áreas de cariz rural, onde a dificuldade de acesso a uma habitação também se coloca. Da mesma forma, para além do contexto português, marcado por fortes assimetrias entre o litoral e o interior do país, acolhem-se igualmente outros contextos, escalas e latitudes, de forma a ampliar o conhecimento em torno de um objetivo comum: suprimir a precariedade e vulnerabilidade habitacional.

VI. Arquitetura Inclusiva e Resiliência

O tema da arquitetura inclusiva apresenta-se presentemente decisivo para a justiça social do edifício, da cidade e do território. A Organização das Nações Unidas defende a inclusão espacial como estratégia de resiliência urbana inerente à justiça social e à sustentabilidade.

Na atual produção arquitetónica, são escassos os casos em que se considera a diversidade de condições e necessidades dos utilizadores. Crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis são frequentemente excluídos por espaços indutores de riscos de saúde, criminalidade ou inacessibilidade. A obsolescência funcional de espaços não inclusivos diminui a vida útil das construções, com consequências ecológicas e económicas resultantes de demolições e reedificações.

O emergente investimento da União Europeia na adaptação às alterações climáticas apresenta-se como uma oportunidade para se explorar espaços inclusivos e ecológicos, sem comprometer a justiça social das gerações atuais e futuras.

A subida do nível médio das águas do mar ou a ocorrência mais intensa de ondas de calor, requerem adaptações e a reabilitação de áreas costeiras e ribeirinhas, incluindo edifícios existentes ao longo do território. É contraproducente efetuar esse investimento sem recorrer a premissas inclusivas.

Este painel procura reunir diferentes abordagens, desde estudos exploratórios a confirmatórios, ou reflexões teóricas, que permitam alargar o conhecimento na arquitetura inclusiva e/ou na resiliência espacial, e assim contribuir para a justiça social e a sustentabilidade.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Teresa Barata Salgueiro



Geógrafa, Professora catedrática emérita do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa, onde coordenou o curso de Doutoramento em Geografia e o Mestrado em Estudos Urbanos, entre outros. Deu aulas, fez conferências e participou em numerosos júris de provas académicas em universidades portuguesas e estrangeiras.

Enquanto investigadora do Centro de Estudos Geográficos (CEG), colaborou em projetos de investigação nacionais e internacionais sobre temas urbanos, designadamente habitação, estrutura comercial e resiliência, exclusão social, transformação de áreas centrais e regeneração urbana, tendo igualmente participado em redes de investigação internacionais e organizado diversas reuniões científicas.

Com uma vasta obra científica com mais de uma centena e meia de títulos, destaca-se o artigo pioneiro intitulado “Bairros Clandestinos de Lisboa”, de 1977, republicado em 2010 em São Paulo (Brasil), e o livro “A Cidades em

Portugal: Uma geografia urbana” em 1992, obra de referência no panorama do urbanismo português, ou “Lisboa. Periferia e Centralidades”, editado em 2001 com tradução francesa de 2006, e ainda “Do Comércio à Distribuição. Roteiro de uma Mudança” de 1996 também pioneiro no domínio da transformação sofrida pelos sistemas comerciais. O texto mais recente sobre comércio urbano data de 2021, “Shops with a history and public policy”, publicado na International Review of Retail, Distribution and Consumer Research.

Em 2013 foi-lhe atribuída a Medalha de Honra da Universidade de Lisboa. Em 2019 recebeu o “Prémio Mercúrio - o melhor do Comércio e Serviços” na categoria investigação, de iniciativa da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal e da Escola do Comércio de Lisboa e em 2020 foi galardoada com a Medalha de Mérito Científico pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior.

MESA REDONDA

Álvaro Cidrais

Álvaro Cidrais nasceu em 1967, em Moçambique, é Geógrafo, mestre em Geografia Humana e Desenvolvimento Regional. Tem formação de base em Ensino da Geografia e Gestão, com pós-graduações em Empreendedorismo, Gestão de Pessoas, Felicidade Organizacional. É gestor de projetos, formador, dinamizador de redes colaborativas e consultor independente. Tem ampla experiência na dinamização de processos de inovação e aprendizagem socioterritorial.



Joana Castro e Almeida

Formada em Engenharia do Território, iniciou a sua atividade profissional na Ordem dos Arquitetos, tendo colaborado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT). Em 2000, inicia a sua atividade docente no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, onde tem participado em projetos científicos dedicados à governança metropolitana e transformação dos bairros históricos da capital. Em 2021, foi eleita Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa, tendo-lhe sido atribuídos os pelouros do Urbanismo e da Transparência e Combate à Corrupção.



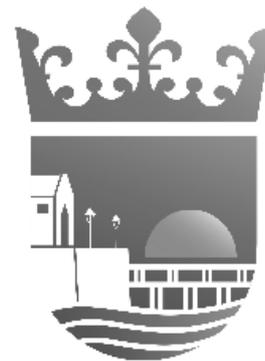
José Carlos Guinote

Engenheiro civil e doutor em Urbanismo, a sua experiência tem cruzado a prática profissional – dedicada à atividade de projeto e fiscalização nos setores da habitação cooperativa, urbanização, construção e reabilitação de edifícios – e a reflexão académica – centrada no modelo de desenvolvimento urbano e no papel da Política de Habitação e de Solos na materialização da justiça espacial. Entre a sua vasta experiência, destaca-se a recente assessoria prestada ao Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação de Cabo Verde, no âmbito do programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidade (2018-2019).



Representante CM Alcochete

A disponibilizar em breve.



LOCAL DO EVENTO

Alcochete

O Seminário e o Workshop (in)justiça Espacial decorrerão em Alcochete, vila e concelho da Área Metropolitana de Lisboa, mais precisamente no Fórum Cultural de Alcochete, com uma capacidade superior a 300 lugares e numa localização privilegiada junto às salinas e ao mar da palha.

O Workshop centrar-se-á numa intervenção urbana emblemática feita na sede de concelho, pelo que os participantes, para além das visitas de campo, poderão ainda dispor, no dia dedicado a esta atividade, de instalações de trabalho na Biblioteca Municipal.

A população do concelho, hoje com 19148 habitantes (Censo 2021), mais que duplicou ao longo das duas primeiras décadas deste século, sendo que a variação foi de +9% entre 2011 e 2021.

Aspeto central nesta mudança estrutural foi a afirmação da condição metropolitana de Alcochete, no final dos anos 90, decorrente da abertura da Ponte Vasco da Gama, uma das duas ligações fundamentais entre a margem Norte e a margem Sul do estuário. Com ela, chegaram uma intensa procura imobiliária e investimentos de âmbito regional e metropolitano, como equipamentos comerciais (caso do Freeport) e desportivos (caso da Academia do Sporting) de relevo.

Esta significativa transformação à escala intra-concelhia e a renovada relação com os restantes espaços metropolitanos são mais uma justificação para localizar aqui a reflexão sobre (in)justiça espacial que este evento propõe.

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Beatriz Condessa
- Carlos Mourão Pereira
- Henrique Castro
- Jorge Gonçalves
- Paula Vale
- Sílvia Jorge

COMISSÃO CIENTÍFICA

- Ana Morais de Sá
- Antonio Carvalho
- Beatriz Condessa
- Carlos Mourão Pereira
- Fernando Nunes da Silva
- Henrique Castro
- Jorge Gonçalves
- Sílvia Jorge
- Teresa Valsassina Heitor